Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2015

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)**Iniciativa:****Ementa:**

Dispõe sobre medidas de proteção e de incentivo a trabalhadores que denunciem a prática de crime, ato de improbidade, violação de direitos trabalhistas ou qualquer outro ilícito verificado no âmbito da relação de trabalho.

Explicação da Ementa:

Estabelece medidas de proteção e de incentivo (tais como promoção na carreira, elogios, prêmios e medalhas) a trabalhadores que denunciem a prática de crime, ato de improbidade, violação de direitos trabalhistas ou qualquer outro ilícito verificado no âmbito da relação de trabalho.

Assunto: Política Social - Trabalho e Emprego**Data de Leitura:** 16/06/2015**Tramitação encerrada****Decisão:** Retirada pelo autor**Último local:** -**Destino:** Ao arquivo**Último estado:** 05/04/2016 - RETIRADA PELO AUTOR**Matérias Relacionadas:**

Requerimento nº 255 de 2016

Despacho:

16/06/2015 (Despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CAS) Comissão de Assuntos Sociais

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CAS - (Comissão de Assuntos Sociais)

Relator(es):Senador Waldemir Moka (encerrado em 07/10/2015 -
Redistribuição)**TRAMITAÇÃO**

08/04/2016 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Recebido e arquivado.

05/04/2016 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: RETIRADA PELO AUTOR**Ação:** Encaminhado à publicação e deferido o Requerimento nº 255, de 2016, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando a retirada da presente matéria.

TRAMITAÇÃO

Publicado no DSF Páginas 412

05/04/2016 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO

Ação: Aguardando leitura de Requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira, de retirada da matéria.

05/04/2016 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Ação: Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para atender à solicitação constante do Ofício nº 364/2016, da Presidência do Senado Federal, referente à leitura de requerimento de retirada definitiva da matéria (fls. 07 a 08).

À SCLSF.

07/10/2015 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido nesta data pelo Senador Waldemir Moka, para redistribuição.

Matéria aguardando designação de Relatoria.

02/10/2015 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão, Senador Edison Lobão, designa o Senador Waldemir Moka Relator da matéria.

Encaminhado ao Gabinete do Relator.

25/06/2015 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Matéria aguardando designação de Relatoria.

18/06/2015 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Ação: Prazo para apresentação de emendas:

Primeiro dia: 18/06/2015.

Último dia: 24/06/2015.

16/06/2015 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Ação: Recebido nesta data, na Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais.

Matéria aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas (art. 122, II – RISF)

16/06/2015 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

TRAMITAÇÃO

Ação: Encaminhado à publicação.
Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.
O projeto poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 64-75

16/06/2015 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 06 (seis) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 362/2015

Data: 16/06/2015

Autor: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Local: null

Descrição/Ementa: Dispõe sobre medidas de proteção e de incentivo a trabalhadores que denunciem a prática de crime, ato de improbidade, violação de direitos trabalhistas ou qualquer outro ilícito verificado no âmbito da relação de trabalho.

Avulso inicial da matéria

Data: 16/06/2015

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.
Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.
O projeto poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.